

QUEM GANHOU O JOGO? ANÁLISE DE UM LIVRO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Andréa Paula Monteiro de Lima¹; Dayse Bivar da Silva²; José Mawison Cândido de Lima³

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, aappml@gmail.com¹
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, daysebivar@hotmail.com²
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, professional_matt@hotmail.com³

Resumo: O presente artigo pautou-se na análise do livro infantil *Quem ganhou o jogo?* que compõe os Acervos Complementares de 2013 sendo esta uma coleção destinada ao ciclo de alfabetização. A obra investigada propõe o ensino de conteúdos matemáticos, além de apresentar situações sobre a inclusão da pessoa com deficiência física. Este estudo caracteriza-se como uma análise documental, onde os documentos estudados foram a obra “Quem ganhou o jogo?”, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática e a Base Nacional Curricular Comum. As questões que nortearam as análises sobre os aspectos da Matemática foram: quais os conteúdos matemáticos abordados? Esses conteúdos estão em consonância com os documentos oficiais? O livro aborda outras situações importantes para o ensino de Matemática? Também tivemos questões envolvendo aspectos da inclusão: quais os problemas enfrentados por pessoas com deficiência? Quais as ações que promovem a inclusão? A expectativa foi encontrar elementos, dentro do enredo da obra, para responder a tais questões. Entre os resultados encontrados, destacamos a adequação dos conteúdos matemáticos ao ciclo de alfabetização e ações relatadas na história que visam promover a inclusão da diversidade de estudantes em atividades esportivas.

Palavras-chave: Livros infantis, Matemática, Inclusão escolar, Pessoa com deficiência física.

Introdução

Dentre os vários desafios vivenciados pela sociedade para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, em relação à Educação e aos contextos escolares tem despertado o interesse de vários pesquisadores da Educação e da Educação Matemática nos últimos anos devido aos entraves ainda existentes nesse processo de inclusão. Conforme Mantoan e Pietro (2006), o cenário educacional brasileiro atual tem como mote principal o acesso, permanência e sucesso de toda criança na escola regular, posto que a escola atual não é feita para todos.

Em contraponto a esta constatação, observamos os crescentes números de matrícula no ensino regular em escolas brasileiras. Em números, pode-se observar pelas notas estatísticas do Censo Escolar 2016 que entre os anos de 2008 a 2016, o percentual de classes com alunos com deficiência matriculados aumentou de 31% para 57,8%. Isso é uma consequência da legislação em vigor que recomenda a matrícula de estudantes com deficiência nas escolas regulares, de acordo com o artigo 25º do Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:

Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as

necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando. (BRASIL, 1999, Artigo 25º)

Outro documento que fomentou, a partir de 1994, discussões e ações visando o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar no Brasil e também no mundo foi a Declaração de Salamanca que atribui para os governantes “a mais alta prioridade política e financeira de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.” (UNESCO, 1994, p.1)

De acordo com Mantoan e Pietro (2006), os sistemas de ensino têm lidado com a questão da inclusão por meio de medidas facilitadoras (cuidadores, professoras de reforço e salas de aceleração) que não resolvem, muito menos atendem o desafio da inclusão.

Para a implementação e consolidação da inclusão escolar no sistema educacional brasileiro foi e ainda é preciso investir em vários aspectos desde a infraestrutura das escolas, na formação de professores e demais profissionais que lidam com esses estudantes e também nos materiais didáticos que dão suporte aos processos de ensino e aprendizagem.

Em relação aos materiais didáticos, tanto os relativos ao atendimento específico dos estudantes com deficiência como os de uso dos demais estudantes, é preciso ter em conta tanto a sua qualidade, como a sua funcionalidade tendo em vista os aspectos do ensino e da aprendizagem e também o da inclusão.

Ao refletir sobre esses aspectos nos interessamos por analisar um livro infantil que foi distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas públicas em 2013 e que traz um enredo de inclusão para o ensino dos conteúdos matemáticos. Duas razões justificam a nossa escolha: a primeira refere-se às dificuldades enfrentadas durante os processos de ensino e aprendizagem da Matemática e a segunda está relacionada a nova demanda das escolas diante da inclusão escolar. Assim, os objetivos desse estudo são: identificar quais conteúdos matemáticos estão sendo abordados no livro, verificar a adequação dos conteúdos matemáticos aos anos de escolarização, segundo documentos oficiais (PCNs e BNCC) e identificar algumas situações/ações facilitadoras da inclusão na escola.

Para além desta introdução, trazemos uma breve discussão sobre a pessoa com deficiência e sobre livros infantis e o ensino de Matemática. Após, apresentamos o percurso metodológico adotado, os principais resultados obtidos, finalizando com as considerações finais.

A pessoa com deficiência

Sempre nos deparamos e alguns de nós convivemos com pessoas com algum tipo de deficiência. Mas, do ponto de vista da legislação, qual o conceito de “pessoa com deficiência”? O documento intitulado “Legislação Brasileira sobre Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2013) adota o conceito contido no Artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949 de 25-8-2009 (BRASIL, 2009), que reproduzimos a seguir:

é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009, Artigo 1º)

O Artigo 5º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004– que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece os tipos de deficiências em: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. Com relação a deficiência física, que é apresentada no livro investigado, o documento traz como principais características¹:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004, p. 1)

De modo geral, o que pode ocasionar o surgimento de uma deficiência em uma pessoa? Há duas possibilidades: características genéticas na formação do indivíduo ou algo provocado como acidente ou maus hábitos. Conforme Lopes (2013, p.28), “de alguma forma, todas as pessoas estão sujeitas a nascer com, ou adquirir, uma deficiência ao longo da vida”.

Há uma crença arraigada em alguns meios sociais de que a “deficiência” incapacita a pessoa para a realização de muitas tarefas do cotidiano. Porém, concordamos com Lopes (2013, p.31) quando afirma que “a deficiência em si não ‘incapacita o indivíduo e sim a associação de uma característica do corpo humano com o ambiente inserido.” O autor ressalta que a aludida incapacidade é criada pela própria sociedade quando impõe à pessoa com quaisquer tipos de deficiência barreiras e obstáculos.

¹ Disponível no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 27 de janeiro de 2018.

Anteriormente, o direito dado às pessoas com deficiência tinha um cunho assistencialista; hoje, porém, a discussão que permeia a inclusão destas pessoas na sociedade busca superar esta conotação e atribuir o protagonismo que a pessoa com deficiência tem na sua vida e na sua história. Enquanto sujeito de direito, encontra-se o direito a uma educação que leve em conta as suas necessidades específicas.

Programas educacionais, a exemplo do Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC), trazem a discussão sobre a inclusão e as dificuldades enfrentadas pelas escolas para incluir, efetivamente, os estudantes com deficiência no conjunto de suas atividades. Em um dos cadernos deste Programa, Vianna e Silva (2014, p.7) apontam que “se a escola deve ser tornar inclusiva é porque ela não tem sido, ainda que os preceitos constitucionais nos apontem para uma visão de sociedade justa e igualitária, sem qualquer tipo de discriminação”.

De fato, para garantir a inclusão de todos os estudantes de forma igualitária na sala de aula se faz necessário considerar as diferenças e as diversidades. Além disso, o processo requer a adoção de metodologias que permitam a sua concretização e, isto remete ao planejamento das aulas. Aspectos específicos deste contexto devem ser observados pelo professor. Por exemplo: como atender as diferenças dos estudantes inclusos, sem relegar as atividades realizadas pelos demais estudantes a um plano secundário? De que condições materiais e pedagógicas o professor dispõe para trabalhar em uma perspectiva inclusiva?

Nessa perspectiva nos dispomos, por meio deste artigo, analisar um livro infantil de Matemática (elaborado com fins pedagógicos) distribuído em 2013 nas escolas públicas brasileiras que atendiam ao Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º anos). A seguir, discutiremos sobre livros infantis.

O livro infantil e a Matemática

Historicamente, no Brasil, há muitas crianças que mesmo frequentando a escola ultrapassam os oito anos de idade sem terem sido totalmente alfabetizadas, inclusive matematicamente. Para auxiliar os professores nesta difícil missão foi distribuído em 2010 e 2013 materiais de apoio chamado de Acervos Complementares. Em 2010, esses Acervos foram destinados às turmas do 1º e 2º anos de escolarização e em 2013 aos três primeiros anos de escolarização - o chamado “Ciclo de Alfabetização”. Essa diferença entre as indicações dos anos de escolarização se deu devido a implementação da fase final a Lei nº 11274 de 6 de fevereiro de 2006 que alterou a duração do ensino fundamental de oito anos para nove anos.

As finalidades dos Acervos Complementares, de acordo com Lima (2010) são: a) processo de

alfabetização e de formação do leitor: b) ensino e aprendizagem de conteúdos curriculares e c) acesso do aluno ao mundo da escrita e à cultura letrada. Considerando a finalidade do ensino e da aprendizagem de conteúdos curriculares, nos debruçamos sobre uma das obras do componente curricular da Matemática.

Ao se pensar na alfabetização de um sujeito deve-se considerar que para a formação integral, é preciso que sejam desenvolvidas diversas habilidades como as de natureza matemática. Assim, indagamos: o que deve ser considerado na alfabetização matemática? O caderno de Matemática do PNAIC defende que:

A dimensão matemática da alfabetização na perspectiva do letramento, ou melhor, a Alfabetização Matemática como entendendo aqui – o conjunto das contribuições da Educação Matemática no Ciclo de Alfabetização para a promoção da apropriação pelos aprendizes de práticas sociais de leitura e escrita de diversos tipos de textos, práticas de leitura e escrita do mundo – não se restringe ao ensino do sistema de numeração e das quatro operações aritméticas fundamentais (BRASIL, 2014, p.31).

Desse modo, alguns livros que compõem os Acervos Complementares trazem essa perspectiva de Alfabetização Matemática, uma vez que apresentam conteúdos matemáticos dentro de uma perspectiva de leitura de mundo e de práticas sociais. Uma dessas obras é o objeto desse estudo, pois apresenta conteúdos matemáticos dentro de um enredo de inclusão escolar. Na próxima seção apresentaremos o livro escolhido e o processo metodológico.

Processo Metodológico

O presente estudo constitui-se em uma pesquisa documental, na qual “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 157). O principal documento de análise é o livro infantil que compõem os Acervos Complementares de 2013 com o título de “Quem ganhou o jogo? explorando adição e subtração” de autoria Dreguer (2011) e imagens de Jassi (2011), cuja síntese é apresentada a seguir:

Imagem 1 – Síntese do Livro Histórias de Contar



Fonte: Manual dos Acervos Complementares (2012, p.100)

Como se pode verificar na síntese da obra, o livro traz a história do menino cadeirante Lucas que sonha em jogar bola e que na escola se

envolve em várias atividades matemáticas até ser inserido no time de basquete da escola. A partir da leitura dessa síntese, traçamos algumas questões norteadoras:

- Quais os conteúdos matemáticos abordados? Os conteúdos estão em consonância com os documentos oficiais? Há outras situações importantes abordadas no livro para o ensino de Matemática?
- Quais os problemas enfrentados por pessoas com deficiência? Quais as ações que promovem a inclusão?

Para responder essas questões realizamos a leitura da obra na busca por identificar no enredo da história elementos sobre o ensino de Matemática e a inclusão. Nesse intento, consideramos também aspectos das ilustrações, das situações apresentadas e dos personagens presentes na obra. Na seção, a seguir, apresentamos as análises e resultados.

Análises e resultados

As análises começam por responder as primeiras questões norteadoras: quais os conteúdos matemáticos abordados? Os conteúdos estão de acordo com o Ciclo de alfabetização? Há outros aspectos importantes para o ensino de Matemática? Para tanto, apresentaremos exemplos com trechos da obra.



Fonte: Breguer e Sassi (2011, p. 8, 9 e 13).

A fig. 1 apresenta uma situação de contagem de objetos, a fig. 2 mostra uma situação de adição entre duas coleções de objetos e a fig. 3 envolve uma situação de perda que implica na subtração de quantidade. Os três conteúdos matemáticos ilustrados nos exemplos se repetem em outras situações da obra.

Para verificar a adequação das situações matemáticas aos anos de escolarização a qual a obra é indicada utilizamos as expectativas de aprendizagem apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), principal documento

curricular à época da distribuição dos Acervos Complementares de 2013 nas escolas públicas do Brasil. E também o documento oficial em vigor, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois os livros foram distribuídos visando se tornarem acervos permanentes nas escolas, o que implicada que podem ainda está sendo utilizados por professores e estudantes, de modo que consideramos importante verificar sua adequação no contexto atual. Primeiramente, analisamos os PCN, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Conteúdos matemáticos abordados no livro e as indicações dos PCNs.

Conteúdo do Livro	Expectativas de aprendizagem PCN	Conteúdos conceituais e procedimentais
Contagem	Construir o significado do número natural a partir de seus diferentes usos no contexto social, explorando contagens, medidas e códigos numéricos.	Utilização de diferentes estratégias para identificar números em situações que envolvem contagem e medidas.
Adição e Subtração	Resolver situações-problema e construir, a partir delas, os significados das operações fundamentais, buscando reconhecer que uma mesma operação está relacionada a problemas diferentes e um mesmo problema pode ser resolvido pelo uso de diferentes operações.	Cálculo de adição e subtração, por meio de estratégias pessoais e algumas técnicas convencionais.

Fonte: PCN (2001, p.65;70-72)

Como consta no Quadro 1, as indicações da proposta curricular apresentada nos PCN de Matemática validam os conteúdos que consta na obra analisada. Vale esclarecer que tomamos como referência, nesta análise, os PCN correspondentes ao primeiro ciclo de escolarização que, na época da sua publicação, correspondia às 1ª e 2ª séries. No contexto atual, a coleção denominada de Acervos Complementares, da qual fez parte a obra “Quem ganhou o Jogo?”, recomenda esse livro para o segundo ano de escolarização do Ensino Fundamental. Ainda que seja identificada essa divergência entre os ciclos de aprendizagem, quando comparamos os PCN e os Acervos Complementares, consideramos que esse não é um elemento relevante no sentido de inviabilizar uma análise comparativa como a que estamos fazendo, dada a aproximação entre os anos de escolarização em cada caso.

No caso da BNCC os conteúdos curriculares são apresentadas por ano de escolarização, por isso no Quadro 2 apresentamos os dados correspondentes ao 2º ano do Ciclo de Alfabetização que é o ano indicado no livro *Quem ganhou o jogo?*

Quadro 2 – Conteúdos matemáticos abordados no livro e as indicações da BNCC

Conteúdo do Livro	Habilidades	Objetos do conhecimento
Contagem	---	---
Adição e Subtração	Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais ou convencionais.	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar).

Fonte: BNCC (2017, p. 239).

Como se pode verificar no Quadro 2 não há indicação na BNCC do conteúdo de contagem para o 2º ano de escolarização. No entanto, a nosso ver, isso não inviabiliza a utilização do livro em turmas do 2º ano, uma vez que o conteúdo de contagem pode ser explorado como um reforço à aprendizagem. De acordo com a BNCC (2017), o conteúdo de contagem é indicado para ser trabalhado no 1º ano do ensino fundamental. Já os conteúdos de adição e subtração que são contemplados pelo livro, devem ser trabalhados ao longo do ciclo de alfabetização, isto é, nos 1º, 2º e 3º anos. Por isso, consideramos que o livro é plenamente adequado ao ano de escolarização que é indicado no manual dos Acervos Complementares.

Além dos conteúdos matemáticos abordados na obra, também encontramos outros aspectos que são importantes para o ensino de Matemática, como veremos a seguir:

Fig.4 – Práticas esportivas

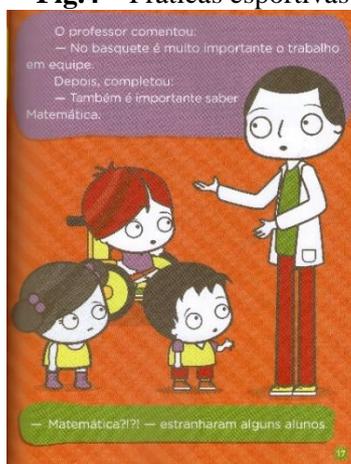
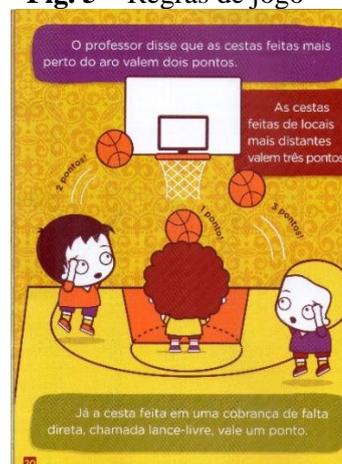


Fig. 5 – Regras de jogo



Fonte: Breguer e Sassi (2011, p. 17 e 20).

A Matemática é algo importante na vida de todas as pessoas, pois está presente em diversas práticas sociais. Como podemos verificar na fig.4 o professor que interage com as crianças é o de Educação Física e ele relata a importância da Matemática para a prática esportiva. Sobre o papel da Matemática no Ensino Fundamental se justifica pela sua importância “para diferentes áreas de conhecimentos, por ser utilizada em estudos tanto ligados às ciências da natureza como às ciências sociais e por estar presente na composição musical, na coreografia, na arte e nos esportes” (PCN, 2001, p.29). Já a fig.5 mostra as regras de pontuação do jogo de basquete. Seguir regras é muito importante na vida das pessoas para que possam desfrutar de uma boa convivência com os outros e do ponto de vista da Matemática é algo inerente a essa área de conhecimento. Além disso, ao jogar, os estudantes de acordo com os PCN (2001, p.49) “passam a compreender e a utilizar convenções e regras que serão empregadas no processo de ensino e aprendizagem. Essa compreensão favorece sua integração num mundo social bastante complexo e proporciona as primeiras aproximações com futuras teorizações”.

Para continuar as análises relembremos as questões norteadoras sobre inclusão: quais os problemas enfrentados por pessoas com deficiência? Quais as ações que promovem a inclusão?

Fig. 6 – Os sonhos



Fig. 7 – Os obstáculos



Fig. 8 – O preconceito



Fonte: Breguer e Sassi (2011, p. 4, 5, 15).

Na fig.6 o personagem Lucas relata sobre seus gostos, sonhos e também as suas frustrações. Já a fig. 7 apresenta os obstáculos cotidianos enfrentados pelo personagem ao se deslocar pelas vias públicas. Enquanto na fig. 8 é descrito momentos de segregação e preconceito sofridos pelo personagem durante sua rotina escolar. Todas essas cenas corroboram com as ideias de Lopes (2013) que considera que a deficiência é uma associação de características individuais com o ambiente em que se está inserido. No caso, o ambiente físico e social impõem barreiras e não a deficiência por si só. A ideia de inclusão vem justamente contrapor essas barreiras que ainda são impostas a pessoa com deficiência.

Fig.9– As amizades



Fig. 10 – A inclusão



Fig. 11 – A diversidade



Fonte: Breguer e Sassi (2011, p. 11, 16 e 21).

Na fig. 9 é apresentada uma cena de amizade inicial entre o personagem Lucas e outra criança de mesma faixa-etária. Já a fig. 10 mostra o professor de Educação Física relatando sobre o jogo de basquete com adequações para a participação do estudante Lucas. E na fig. 11 o personagem professor comenta sobre outras regras do jogo que incluem em times iguais meninos e meninas.

É possível perceber, nas três cenas, que há várias formas de fomentar a inclusão dentro do ambiente escolar, desde o contato espontâneo dos estudantes entre si, até as ações promovidas por professores visando a participação de todos nas atividades desenvolvidas. No caso da fig. 11 constatamos que a obra discute aspectos ligados não só a inclusão da pessoa com deficiência, mas também a diversidade e gênero.

Considerações finais

Ao realizar a análise do livro infantil tínhamos a intenção de observar situações Matemáticas e do processo de Inclusão Escolar. A obra intitulada “Quem ganhou o jogo?” faz parte dos Acervos Complementares do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em 2013 e é destinada à estudantes do 2º ano de escolarização. Por isso para averiguar a adequação dos conteúdos matemáticos abordados, utilizamos os PCN documento curricular vigente a época da distribuição dos acervos e a BNCC que é o documento curricular atual do Brasil. Nesse aspectos constatamos que, em termos de conteúdos matemáticos, a obra é adequada ao ano de escolarização para qual é indicada. Ainda sobre a Matemática encontramos aspectos relativos aos usos nas práticas sociais, tais como nos esportes ao seguir regras para a pontuação. Isso demonstra a importância dos conhecimentos matemáticos para as vidas das pessoas, inclusive das que possuem algum tipo de deficiência.

No tocante a inclusão, a obra se mostrou válida, primeiro por relatar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em seu cotidiano, em especial a pessoa com deficiência física. E num segundo ponto, por apresentar possibilidades de inclusão no âmbito escolar, tanto do ponto de vista da convivência entre estudantes com e sem deficiência, quanto de ações visando a participação de todos os estudantes em atividades desenvolvidas na escola. Ressaltamos que o processo de inclusão escolar visa “resgatar uma dívida com um segmento populacional que, historicamente, tem ficado à margem da sociedade.” (MONACO, 2008, p.19)

Por fim, consideramos que produções literárias que discutem sobre inclusão são importantes para conscientização de educadores e estudantes à respeito das pessoas com deficiência. No entanto, sabemos que para a efetivação da inclusão deve-se ir além de conhecer e compreender sobre direitos e necessidades, é preciso promover ações que visem a integração e a autonomia da pessoa com deficiência para que ela possa viver em sociedade como qualquer outro cidadão.

Referências

BRASI. **Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 06 fev. 2006.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Secretaria de Educação Básica. **Acervos Complementares:** alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento. Brasília, 2012.

_____. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência,** Luiza Maria Borges Oliveira. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

_____. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** [recurso eletrônico]. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. – (Série legislação; n. 76).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: caderno de apresentação – alfabetização matemática.** Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

_____. **Censo Escolar 2016: notas estatísticas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Ministério da Educação - MEC. Brasília, 2017

_____. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em janeiro de 2018.

DREGUER, R.; SASSI, E. **Quem ganhou o jogo?: explorando adição e subtração.** São Paulo: Richmond Educação, 2011.

LIMA, A. P. M. **Acervos Complementares do PNLD 2010: um estudo sobre a relação entre Matemática e gêneros textuais.** 166f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

LOPES, L. Nova concepção sobre pessoas com deficiência com base nos direitos humanos. In: LIMA, J. F e MENDONÇA, R.(orgs) **A efetividade da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Recife: Editora

Universitária UFPE, 2013, p. 27-56.

MANTOAN, Maria T. E. e PRIETO, Rosângela G. **Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus editorial, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MÔNACO, S. M. **Da Educação Especial à (re)invenção da escola para todo: exclusão, inclusão escolar e educação inclusiva (1994-2008)**. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca - Espanha, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em janeiro de 2018.

VIANNA, C.; GRECA, L.; SILVA, R. **Quem são eles? Os alunos da minha sala de aula?**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: caderno de inclusão – alfabetização matemática**. Brasília, p.21-54, 2014.